



MINERAÇÃO MORRO DO IPÊ S.A.

CNPJ 22.902.554/0001-17

Mensagem da Administração. A Administração da Mineração Morro do Ipê S.A. ("Companhia"), em observância aos preceitos legais e de acordo com a legislação societária vigente vem submeter a apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras acompanhadas das respectivas notas explicativas e relatório do auditor independente, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023. Estamos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos. A Administração.

Table with 4 main sections: Balanço Patrimonial, Passivo Circulante, Demonstrações do Resultado, and Demonstrações dos Fluxos de Caixa. Each section contains data for 2023 and 2022.

Table titled 'Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido' showing changes in equity components like Capital Social, Reserva Legal, and Prejuízos acumulados for 2023 and 2022.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

Main body of the document containing detailed financial notes, including context, accounting policies, and specific disclosures regarding operations, assets, and liabilities.

Este documento foi assinado digitalmente por Ruy Adriano Borges Muniz. Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código F11F-5837-95A0-1E68.

continuação

MINERAÇÃO MORRO DO IPÊ S.A.

CNPJ 22.902.554/0001-17

políticas contábeis e correção de erros. Elas também esclarecem como as entidades utilizam técnicas de mensuração e inputs para desenvolver estimativas contábeis. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras. Divulgação de Políticas Contábeis - Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: As alterações ao IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações contábeis) e o IFRS Practice Statement 2 fornecem orientações e exemplos para ajudar as entidades a aplicar julgamentos de materialidade às divulgações de políticas contábeis. As alterações visam ajudar as entidades a fornecer divulgações de políticas contábeis mais úteis, substituindo o requisito para as entidades divulgarem suas políticas contábeis "significativas" por um requisito para divulgar suas políticas contábeis "materiais" e adicionando orientação sobre como as entidades aplicam o conceito de materialidade ao tomar decisões sobre divulgações de políticas contábeis. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras. Imposto Diferido relacionado a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação - Alterações ao IAS 12: As alterações ao IAS 12 Income Tax (equivalente ao CPC 32 - Tributos sobre o lucro) estreitam o escopo da exceção de reconhecimento inicial, de modo que ela não se aplica mais a transações que gerem diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais, como arrendamentos e passivos de desativação. As alterações tiveram impacto nas divulgações de políticas contábeis, mas não na mensuração, reconhecimento ou apresentação de itens nas demonstrações financeiras. Reforma Tributária Internacional - Regras do Modelo do Pilar Dois - Alterações ao IAS 12: As alterações ao IAS 12 (equivalente ao CPC 32 - Tributos sobre o lucro) foram introduzidas em resposta às regras do Pilar Dois da OCDE sobre BEPS e incluem: • Uma exceção temporária obrigatória ao reconhecimento e divulgação de impostos diferidos decorrentes da implementação jurisdicional das regras do modelo do Pilar Dois; e • Requisitos de divulgação para entidades afetadas, a fim de ajudar os usuários das demonstrações financeiras a compreender melhor a exposição de uma entidade aos impostos sobre a renda do Pilar Dois decorrentes dessa legislação, especialmente antes da data efetiva. A exceção temporária obrigatória - cujo uso deve ser divulgado - entra em vigor imediatamente. Os demais requisitos de divulgação se aplicam aos períodos de relatório anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2023, mas não para nenhum período intermediário que termine em ou antes de 31 de dezembro de 2023. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

4. Caixa e equivalentes de caixa 2023 2022
Caixa e bancos 10.869 955
Aplicações financeiras 94.690 326.816
105.559 327.771

As aplicações financeiras são realizadas em Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e Letras Financeiras remunerados até 105% da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e possuem liquidez imediata. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita financeira.

5. Estoques 2023 2022
Almoxarifado 72.899 14.346
Produto acabado 33.668 26.126
Produto em processo 6.263 40.472
112.830 80.944

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia efetuou a avaliação de seu estoque comparando-o ao preço de mercado e não identificou necessidade de registro de quaisquer provisões para perdas em estoque de

9. Imobilizado

Table with columns: Terreno, Máquinas e equipamentos, Veículos, Instalações, Móveis e Utensílios, Equipamentos Informáticos, Obras em andamento, Ativo Ambiental (II), Outros, Total. Rows include Saldo líquido em 31 de dezembro de 2021, Adições, Depreciação, Efeito Moeda Funcional, Saldo líquido em 31 de dezembro de 2022, etc.

(I) Os ativos em andamento constituem, principalmente, investimentos realizados para construção da nova planta de Tico-Tico que entrará em operação no início de 2024. As adições ao imobilizado no período de 2020 a 2023 se referem a estudos, pesquisas, infraestruturas, máquinas, e equipamentos que atenderão a mina Ipê e nova planta de Tico-Tico. Além dos itens mencionados anteriormente estão sendo capitalizados os juros das debêntures emitidas em agosto de 2022 e agosto de 2023, os rendimentos de aplicações financeiras proveniente do recursos adquiridos, bem como o resultado da operação com swap contratado com a finalidade de proteção do câmbio na aquisição de máquinas e equipamentos para a nova planta. (ii) Ativo ambiental se refere ao valor justo da provisão para descomissionamento da mina, ou seja, a melhor estimativa dos gastos para recuperação da área minerada. Em 2023, não ocorreu nenhuma amortização, pois, a Administração entendeu que o melhor momento para iniciar será em 2024, quando o projeto Tico-Tico entra em operação. A amortização será pela quantidade produzida. Depreciação e amortização. É constituída depreciação e amortização para todo o imobilizado com exceção de terrenos, que não são depreciados. As taxas de depreciação e amortização são baseadas na vida útil estimada dos bens, como segue: • Edificações e benfeitorias - 10 a 30 anos; • Instalações - 3 a 5 anos; • Máquinas e equipamentos - 2 a 10 anos; • Outros - 3 a 10 anos. Recuperabilidade do ativo imobilizado. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a administração não identificou a existência de indicadores de que algum ativo pudesse estar acima do seu valor recuperável, portanto, nenhuma provisão para redução ao valor recuperável de seus ativos foi reconhecida.

10. Intangível

Table with columns: 2023 2022. Rows include Saldo em 31 de dezembro de 2021, Direitos minerais, Amortização do período, Efeito da conversão para reais, Saldo em 31 de dezembro de 2022, etc.

O intangível apresentado se refere ao direito de exploração mineral de Tico-Tico e processamento dos finos de Ipê, adquiridos pela Companhia. O intangível é amortizado ao longo do período de operação da planta Ipê e exploração/operação de Tico-Tico levando em consideração o volume operado em cada exercício. Em 2022 a Companhia adquiriu três direitos minerais para futuras explorações, nos quais se encontram em processo de pesquisa a ser apresentado a ANM (Agência Nacional de Mineração) até 02 de fevereiro de 2026. Após tramitação do processo e aprovação dos órgãos competentes a Companhia solicitará a LO (licença de operação) e prazo estabelecido para exploração. Direitos Minerários. Em 2022, a Companhia arrematou os direitos minerais listados abaixo, disponibilizados, pela Agência Nacional de Mineração (ANM). Processo: 48054.832493/2022-31. Localizado em Brumadinho, possui Alvará de Pesquisa nº. 909 publicado pela ANM em 02/02/2023 com validade até 02/02/2026, período em que a Companhia efetuará pesquisas para avaliação do potencial da área. Titularidade: Mineração Morro do Ipê; Substância: Minério de ferro; Tamanho: 52,52 hectares. Processo: 48054.832493/2022-64. Localizado nos municípios de Conselheiro Lafaiete / Itaverava / Santana dos Montes, possui Alvará de Pesquisa nº. 908 publicado pela ANM em 02/02/2023 com validade até 02/02/2026, período em que a efetuará pesquisas para avaliação do potencial da área. Titularidade: Mineração Morro do Ipê; Substância: Minério de ferro; Tamanho: 305,08 hectares. Processo: 48054.832505/2022-51. Localizado no município de Mariana, está na fase de requerimento de pesquisa. Titularidade: Mineração Morro do Ipê; Substância: Minério de ferro; Tamanho: 540,29 hectares. Recuperabilidade dos ativos intangíveis com vida útil definida. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a administração não identificou a existência de indicadores de que algum ativo pudesse estar acima do seu valor recuperável, portanto, nenhuma provisão para redução ao valor recuperável de seus ativos foi reconhecida.

minério de ferro, seja por motivos de obsolescência ou por redução ao valor recuperável.

6. Impostos a recuperar 2023 2022
Circulante
IRRF sobre aplicações financeiras e derivativos (a) 20.783 5.863
PIS e COFINS (b) 46.739 6.979
ICMS a recuperar (c) 81 1.138
IRPJ antecipado (d) - 257
67.603 14.237

(a) O saldo referente ao crédito de imposto de renda retido na fonte (IRRF) é decorrente do imposto incidente sobre os resgates de aplicações financeiras e do recebimento das operações de SWAP. (b) O saldo referente aos créditos de PIS e de COFINS é decorrente da utilização de insumos, serviços e aquisição de ativo imobilizado alocados no processo produtivo da Companhia. Em 2023, esses créditos foram parcialmente compensados com imposto federal devido no ano. (c) Os saldos de ICMS a recuperar se referem aos créditos decorrentes das aquisições de ativos imobilizados e operações correntes, os quais estão previstos para serem compensados através do aproveitamento do benefício da utilização dos créditos acumulados para aquisição de máquinas e equipamentos ligados a atividades de mineração. A Companhia tem a intenção de adquirir equipamentos usando créditos de ICMS, caso esta alternativa se mostre inviável ao longo do tempo, a Companhia ainda dispõe da alternativa de vender o crédito a terceiros. (d) Saldo de IRPJ e CSLL verificado ao final do ano calendário, após contrapor IRPJ e CSLL antecipados com IRPJ e CSLL apurado ao final do ano calendário. Foi solicitado a restituição dos valores, porém, aguardamos análise da Receita Federal para liberação dos valores.

7. Despesas antecipadas 2023 2022
Seguros diversos 8.788 9.607
Despesas logísticas 19.437 9.607
28.225 19.214

8. Adiantamentos a terceiros 2023 2022
Adiantamento para aquisição de terrenos para compensação ambiental (a) 22.918 20.359
Adiantamento a fornecedores 24.100 6.547
Adiantamentos a funcionários 181 134
Royalties CEFAR (b) - 12.500
47.199 39.540

(a) Refere-se a aquisição de áreas que serão transferidas para o Governo do Estado de Minas Gerais como forma de compensação espeleológica e florestal. Considerando que a Companhia ainda detém legalmente a titularidade dos terrenos, foi registrado um ativo e um passivo, que será compensado assim que a documentação for finalizada (expectativa de finalização e transferência em 2024). (b) Refere-se a saldo de adiantamento para pagamento de royalties aos detentores dos direitos minerais.

Table with columns: Máquinas e equipamentos, Móveis e Utensílios, Equipamentos Informáticos, Obras em andamento, Ativo Ambiental (II), Outros, Total. Rows include Saldo líquido em 31 de dezembro de 2021, Adições, Depreciação, Efeito Moeda Funcional, Saldo líquido em 31 de dezembro de 2022, etc.

11. Fornecedores 2023 2022
Fornecedores de materiais (\*) 26.933 118.040
Fornecedores de serviços (\*\*) 62.252 20.615
Provisão de fornecedores (\*\*\*) 66.886 38.108
156.071 176.763

(\*) Em 2023, representado por fornecedores de giro da operação e do projeto Tico-Tico. (\*\*) Refere-se principalmente a transportes ferroviário e rodoviário. (\*\*\*) Empréstimos, financiamentos e operação de hedge. Debêntures emitidas.

Table with columns: Passivo circulante, Passivo não circulante, 2023, 2022. Rows include Debêntures em reais, Juros, Custo de transação.

O passivo circulante e não circulante refere-se a Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real. A 2ª Emissão de Debêntures no valor de R\$ 600.000,00 ocorreu em 15 de agosto de 2022, com integralização na mesma data, e a 3ª Emissão de Debêntures no valor de R\$150.000,00 ocorreu em 16 de agosto de 2023, com integralização em 1º de setembro de 2023. A totalidade dos recursos captados nesta emissão tem a finalidade de ser aplicado conforme a seguir: (i) ao investimento na expansão da produção total de minério de ferro da MMI, incluindo a construção de nova usina de beneficiamento de minério de ferro denominada Tico-Tico, de modo a ampliar a capacidade total de produção da Emissora de aproximadamente 2,8 milhões de toneladas por ano para aproximadamente 8,8 milhões de toneladas por ano no âmbito da exploração, pela MMI, das concessões de lavra na região de Serra Azul, Estado de Minas Gerais, relativas às minas de Tico-Tico e Ipê e pagamento de sobrecostos na implantação do projeto; (ii) repagamento dos empréstimos contraídos junto aos acionistas diretos ou indiretos da MMI existentes em 5 de agosto de 2022, com valor de principal agregado de US\$ 25 milhões (R\$ 130.412.500,00 equivalentes em reais); e (iii) a sobre de saldo, para propósitos corporativos gerais, incluindo, sem limitação, reforço de caixa e capital de giro da Companhia. As movimentações desses empréstimos e financiamentos são apresentadas abaixo:

Table with columns: 2023 2022. Rows include Saldo Inicial, Captação, Juros apropriados, Amortização de juros, Custo da transação, Amortização do custo da transação, Ajuste de conversão.

Table with columns: Debêntures emitidas, Vencimento, Saldo em 2023, 2022. Rows include 2ª Emissão de debêntures, 3ª Emissão de debêntures, Custos de transação.

Em 2023, foram emitidas R\$ 150.000 debêntures simples, ou seja, não-conversíveis em ações, pelo valor nominal unitário de R\$1.000,00 (mil reais), com vencimento em 5 anos a partir da data de emissão (15 de agosto de 2028). Estas debêntures têm prazo de carência de juros de 3 meses e de amortização de 18 meses a partir da data de emissão. A periodicidade de pagamento de juros e amortização é trimestral a partir do fim da carência, sendo a primeira parcela de juros devida em 15 de novembro de 2023 e de amortização em 15 de fevereiro de 2025. Em 2022, foram emitidas 600.000 debêntures simples, ou seja, não-conversíveis em ações, pelo valor nominal unitário de R\$1.000,00 (mil reais), com vencimento em 5 anos a partir da data de emissão (15 de agosto de 2027). Estas debêntures têm prazo de carência de juros de 1 ano e de amortização de 18 meses a partir da data de emissão. A periodicidade de pagamento de juros e amortização é trimestral a partir do fim da carência, sendo a primeira parcela de juros devida em 15 de agosto de 2023 e de amortização em 15 de fevereiro de 2024. As parcelas classificadas no passivo circulante e não circulante têm o seguinte cronograma de pagamento:

Table with columns: 2023 2022. Rows include Ano de vencimento, Até 2 anos, De 2 a 3 anos, De 3 a 4 anos, Acima de 4 anos, Juros, Custos de transação.

Os contratos de empréstimos e financiamentos da companhia são garantidos por alienação fiduciária das ações da Companhia, de seus bens e equipamentos e do fluxo de caixa de recebíveis. Face aos contratos de financiamentos, há obrigações financeiras e não financeiras assumidas que devem ser cumpridas. Dentre elas, podem ser destacadas: (a) utilização da estruturação waterfall de contas correntes; (b) composição e manutenção do saldo mínimo da Conta Reserva I) a partir de 16 de maio de 2024 para pagamento da próxima parcela vincenda de principal e juros da 2ª Emissão e II) a partir de 16 de novembro de 2024 para pagamento da próxima parcela vincenda de principal e juros da 3ª Emissão, de forma que a partir de 1º de fevereiro de 2025 seja mantido o saldo mínimo de ambas Emissões; (c) após 31 de dezembro de 2024, manutenção do covenant de índice de cobertura da dívida (ICSD) acima de 1,5; (d) apresentação dos demonstrativos de resultados auditados; e (e) manutenção dos seguros operacionais. Tendo em vista o atraso na emissão da Licença Operacional de Tico-Tico, que ocasionou a postergação do início do ramp-up das operações da nova usina, as Escrituras da 2ª e 3ª Emissão de Debêntures, contrato de Cessão Fiduciária e de Serviços de Depositário foram editados em 21 de dezembro de 2023 para alterar as regras para composição e manutenção do Saldo Mínimo da Conta Reserva, já descritos no parágrafo anterior. Em 31 de dezembro de 2023, os covenants exigidos foram atendidos, considerando as regras, prazo para cumprimento, e períodos de medição de cada covenants individualmente, além da manutenção do caixa em conta garantida. Operações com derivativos.

Table with columns: 2023 2022. Rows include Derivativos designados como instrumento de hedge, Swap de proteção cambial, Ativo circulante, Ativo não circulante, Total de operações com derivativos, Passivo não circulante, Posição passiva de hedge accounting.

Derivativos designados como instrumento de hedge Swap de proteção cambial Ativo circulante 42.436 58.049 Ativo não circulante 19.936 11.044 Total de operações com derivativos 62.372 69.093 Passivo não circulante 14.119 56.957 Posição passiva de hedge accounting 48.253 12.136

Alinhado a gestão de riscos da MMI e sua moeda funcional, por interesse da MMI e do Bradesco BBI, em agosto de 2022 quando assinaram o documento de termos e condições gerais da emissão das debêntures, acordaram que a integralidade do valor de emissão, bem como todo o fluxo de caixa do serviço da dívida (pagamentos de amortizações e juros) seriam convertidos para dólares-americanos a uma taxa fixa por meio da contratação de um instrumento financeiro derivativo, o swap cambial e de fluxo de caixa. As Notas de Negociação de Operação de Swap possuem início de vigência pari passu com a integralização da 2ª e 3ª Emissão de Debêntures, a fim de assegurar o cumprimento das obrigações previstas em contrato, ou seja, tendo início em 15 de agosto de 2022 e 01 de setembro de 2023, respectivamente. O instrumento de endividamento gerou uma exposição cambial em relação a moeda Reais e exposição ao indexador de juros CDI. Desta forma, na mesma data de assinatura da Escritura foi contratado também o swap com Banco Bradesco S.A. ("Bradesco") com data de início programada para a mesma data de emissão das debêntures, isto é 15 de agosto de 2023 e 2022. O instrumento, que é classificado como hedge de fluxo de caixa possui as seguintes características: 2ª Emissão de Debêntures: a) Ponta ativa da MMI ou Ponta passiva do banco; • Valor nominal: R\$600.000.000,00. • Indexador do fluxo de caixa dos juros: CDI + 2,10% ao ano. b) Ponta passiva da MMI ou Ponta ativa do banco; • Taxa de câmbio de conversão para dólares: R\$5.1814; • Valor nominal: US\$115.798.818,85; • Indexador do fluxo de caixa dos juros: 6,73% ao ano. 3ª Emissão de Debêntures: a) Ponta ativa da MMI ou Ponta passiva do banco; • Valor nominal: R\$150.000.000,00; • Indexador do fluxo de caixa dos juros: CDI + 2,22% a.a.; • Base: 252 (exponencial). b) Ponta passiva da MMI ou Ponta ativa do banco: • Taxa de câmbio de conversão para dólares: R\$4.9682; • Valor nominal: US\$30.192.021,26; • Indexador do fluxo de caixa dos juros: 8,16% a.a.; • Base: 360 (linear). Assim, o instrumento derivativo de swap permite que a Companhia receba do banco o ajuste equivalente à variação cambial e juros em caso de ajuste positivo. Por outro lado, para o ajuste negativo, a Companhia deverá pagar ao banco o equivalente à variação cambial e juros. O valor do ajuste positivo ou negativo é creditado ou debitado em uma conta corrente vinculada da Companhia deslindada para liquidações dos ajustes dos swaps. Com a contratação dos instrumentos derivativos, a exposição cambial deixa de existir, passando o valor total devido de principal e juros denominados em Reais para Dólares, que é a moeda funcional da MMI. A exposição ao CDI também passa a ser nula, já que a taxa de juros a pagar passa a ser fixa em indexação a qualquer índice. As operações compartilham pari passu as garantias que as debêntures dispõem: alienação fiduciária das ações da Companhia, de seus bens e equipamentos e do fluxo de caixa de recebíveis reais e de recebíveis da MMI. Os instrumentos são mensurados ao seu valor justo, com as variações reconhecidas em resultados abrangentes. Os instrumentos financeiros foram reconhecidos pelo valor justo na data da celebração dos contratos e são, subsequentemente, remensurados ao seu respectivo valor justo. Quando este for positivo, será registrado como ativo financeiro, e quando for negativo, passivo financeiro. O valor justo é composto pela soma dos fluxos de caixa projetados para as curvas ativas e passivas, descontados a valor presente. Para projeções foram utilizadas as curvas futuras de DI e de conversão de Dólares para Reais disponível no B3. Como contrapartida, até que as projeções se realizem, o valor justo integra o patrimônio líquido da Companhia, conforme disposto abaixo:

Table with columns: 2023 2022. Rows include Saldo em 31 de dezembro de 2022, Swap, Saldo em 31 de dezembro de 2023.

Table with columns: Ano de vencimento, 2023, 2022. Rows include 2023, 2024, 2025, 2026, 2027, 2028, Total.

Como o instrumento é intrínseco ao Projeto Tico-Tico, as apropriações de derivativo serão capitalizadas no ativo imobilizado, até sua entrada em operação. As apropriações que não foram liquidadas entre as partes, são contabilizadas no passivo e no ativo.

13. Partes relacionadas

Table with columns: 2023 2022. Rows include Contas a receber, Trafigura PTE.

A parte relacionada Trafigura PTE é o principal cliente da Companhia correspondendo aproximadamente 90% do total das vendas em 31 de dezembro de 2023 (83% em 31 de dezembro de 2022). O montante a receber refere-se integralmente a exportação de minério de ferro, conforme preço da commodity e fixo definido em contrato, corrigido pelas flutuações de prêmio e penalidades da commodity entre o embarque e 60 dias após o embarque. Nesse sentido 75% do montante da venda é recebido na data do embarque com o valor corrigido por atualizações de preço de prêmio e penalidades entre a data de encerramento do exercício e a data de vencimento da fatura, de forma a registrar sua efetiva expectativa de recebimento dos saldos. Não há juros incidentes sobre contas a receber de clientes, pois os prazos para pagamentos são respeitados pelos clientes conforme estabelecidos em contratos de venda a preço futuro.

Table with columns: 2023 2022. Rows include Contas a pagar, Porto Sudeste (a), Trafigura PTE (b).

(a) Contratos de prestação de serviços portuários. (b) A Trafigura PTE efetua a venda externa e garante a venda do minério produzido pela MMI. Como contrapartida a MMI paga um percentual específico sobre as vendas efetuadas no mercado externo a título de agenciamento. A liquidação deste montante ocorrerá uma vez que o projeto Tico-Tico entrar em operação. Remuneração do pessoal-chave. A Companhia efetuou pagamentos a título de remuneração no montante de R\$ 3.863 (R\$3.405 em 31 de dezembro de 2022) refere-se à remuneração dos administradores-chave da Companhia pagos em 2023.

14. Impostos a recolher 2023 2022
IRPJ e CSLL - 5.756
ICMS 418 466
PIS e COFINS 173 256
ISS 3.043 1.852
CFEM 3.483 5.873
INSS retidos 2.164 1.346
IRRF/salários 3.617 1.093
Tributos s/ importação 129 3.806
TFRM 796 918
Outros 375 225
14.198 21.591

15. Obrigações sociais e trabalhistas

Table with columns: 2023 2022. Rows include INSS a recolher, FGTS a recolher, Provisão férias e encargos, Participação nos resultados.

16. Obrigações com terceiros

Table with columns: 2023 2022. Rows include Circulante, TAC (Termo de Ajustamento de Conduta) (a), TCCF (Termo de Compromisso de Compensação Florestal) (b).

Não Circulante

Table with columns: 2023 2022. Rows include TAC (Termo de Ajustamento de Conduta) (a), TAC (Termo de Ajustamento de Conduta) das chuvas (c), TAC (Barragens B1, B1 auxiliar e B2 Ipê) (d).

(a) Refere-se a indenização e a adoção de medidas de controle e proteção das cavidades naturais subterrâneas propostas para compensação espeleológica em virtude dos danos causados às 53 cavidades naturais subterrâneas, localizadas na ADA da Mina Tico-Tico, nos municípios de Brumadinho, Igarapé e São Joaquim de Bicas, conforme determina o Decreto Estadual nº 47041/2016. Valor será pago em 60 parcelas, restando, em 31 de dezembro de 2023, 21 parcelas. (b) Refere-se ao Termo de Compromisso de Compensação Florestal que estabelece a medida compensatória de natureza florestal prevista nos arts. 17 e 32 da Lei Federal nº 11.428/2006 c/ artigos 26 e 27 do Decreto nº 6.660/2008, em decorrência da intervenção em vegetação nativa pertencente ao Bioma Mata Atlântica, conforme apurado nos autos do processo de licenciamento ambiental do empreendimento, PA COPAM nº. 37478/2016/031/2018, cujo parecer único de compensação Florestal - SUPPRL 02/2019, obtive a chancela e aprovação na 31ª Reunião Extraordinária da Câmara Temática de Proteção à Biodiversidade e de Áreas Protegidas - CPB, realizada em 08/05/2019. Este montante reflete o valor dos terrenos que serão transferidos para o Governo do Estado de Minas Gerais como forma de compensação espeleológica e florestal, conforme descrito na Nota 7. (c) Refere-se a Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta firmado com o Ministério Público em 3 de novembro de 2022 que visa a solução consensual do que restou apurado no Inquérito Civil nº 0301.19.000510-0 que ficou extinto e foi arquivado mediante a celebração do TAC, a título de compensação pelos danos ambientais em virtude das fortes chuvas de janeiro de 2022. (d) Refere-se a Termo de Compromisso firmado com o Ministério Público Estadual e Federal, FEAM e SEMAD em 24 de fevereiro de 2022 que visa a adoção de medidas para adequação da Ipê (Minas Ipê e Tico-Tico) ao que dispõe a Lei Estadual nº 23.291/2019, mediante fixação de medidas necessárias para a descaracterização das barragens B1 Auxiliar - Mina Tico-Tico, B2 - Mina Tico-Tico e B1 - Mina Ipê, com a estipulação de formas para reparação e compensação por danos morais coletivos decorrentes dos descumprimentos do prazo legal para a descaracterização das estruturas.

17. Provisões de contingências

Table with columns: 2023 2022. Rows include Depósitos judiciais, Cíveis, Causas trabalhistas, Causas de riscos cíveis, Causas ambientais.

Trabalhistas. Provisões referentes a ações envolvendo ex-empregados próprios e de empresas prestadoras de serviço através das quais pleiteiam-se verbas trabalhistas e previdenciárias diversas de 2019 a 2023, no montante atualizado de R\$ 199 (R\$ 257 em 2022). Cíveis. Em setembro de 2020, a Companhia ajuizou ação de constituição de servidão de mina em face dos coproprietários da propriedade, matrícula 89920, requerendo que seja deferida a tutela de urgência para que fosse constituída a posse da Companhia no restante da gleba de 58,72ha pertencente aos coproprietários, com a finalidade de exercer atividade minerária. Em vistas ao deferimento da liminar e a imediata imissão provisória na posse da área serviente, a Companhia realizou o depósito prévio da quantia de R\$ 1.726 a título de indenização pela ocupação no terreno. A ação foi classificada como de "perda provável" conforme classificação de êxito pelos respectivos assessores legais. O montante atualizado em 2023 é de R\$ 3.193 (R\$1.765 em 2022). Ambiental. Em março de 2022, a Companhia foi autuada através do auto de infração nº 000718/2022 lavrado pela Secretária de Meio Ambiente de Igarapé por suposto lançamento irregular de efluentes contendo minério de ferro no Córrego Olaria em decorrência das fortes chuvas ocorridas na região, referente ao mês de janeiro de 2022. A Companhia apresentou defesa administrativa em face do referido Auto de Infração. Entretanto, em agosto de 2022 foi celebrado entre o Município de Igarapé e a Companhia o Termo de Compromisso Ambiental (TCA), estabelecendo a suspensão da referida autuação até a conclusão do Projeto de Recuperação de Áreas Degradadas e Alteradas (PRADA) previsto no TCA, com a consequente extinção da autuação até a conclusão do projeto. A autuação foi classificada como "perda provável" conforme classificação pelos respectivos assessores legais. Em 2023, o valor provisionado é de R\$ 1.280. Em março de 2022, a Companhia foi autuada através do auto de infração nº 289034/2022 lavrado pela Secretária de Meio Ambiente do Estado de Minas Gerais em razão da supressão de vegetação nativa própria do bioma Mata Atlântica e ocorrência de deslizamentos de encosta em área do empreendimento. A autuação foi classificada como de "perda provável" conforme classificação dos respectivos assessores legais. A Companhia apresentou defesa administrativa em face do referido Auto de Infração e aguarda análise da defesa por parte do Estado. Em 2023, o valor provisionado é de R\$ 364. Provisões referente a outros processos diversos da ANM e SUPRAM. Em 2023, o montante atualizado é de R\$ 195. Contingências possíveis. Durante o ano de 2023, foram ajuizadas em face da Companhia 116 novas ações indenizatórias iniciadas por moradores das comunidades que residem perto das barragens que compõem o complexo minerário da Companhia. As referidas ações pleiteiam indenizações, principalmente, alegando: (a) supostos danos morais e psicológicos em vista da proximidade com as barragens e inclusão na Zona de Autossalvamento (ZAS) de tais estruturas; (b) suposta desvalorização dos respectivos imóveis por conta das chuvas ocorridas em janeiro de 2022. Tais ações são classificadas como "perda possível", conforme classificação realizada pelos respectivos assessores legais, que envolvem o montante aproximado de R\$13.400. Em novembro de 2023, foi ajuizada uma ação cautelar com medida liminar solicitando que a Companhia reservasse fisicamente 1.600.000 (um milhão e seiscentos mil) toneladas de minério do tipo sinter feed em favor do autor, por suposta obrigação contratual firmada entre a AVG e EMICON. A ação foi classificada como de "perda possível" conforme classificação dos respectivos assessores legais. Esta causa tem o valor fixado em R\$8.000. Foi deferida liminar em desfavor da Companhia, mas posteriormente a Companhia obteve êxito em reverter tal liminar em 1ª e 2ª instâncias. Em novembro de 2020, foi ajuizada ação indenizatória iniciada por um morador da comunidade que reside próximo ao complexo minerário da Companhia. O autor pleiteia: (i) danos materiais causados pela depreciação na fazenda por falta de água, consequentemente tendo sido impossibilitado de trabalhar no imóvel; (ii) danos morais por suposta negligência da Companhia com a infraestrutura das barragens, o que supostamente ocasionou enchentes em sua fazenda. A Companhia apresentou contestação e aguarda decisão judicial. Conforme avaliação dos assessores legais a ação foi classificada como "perda possível". Em 2023, o montante atualizado é de R\$ 4.500 (R\$ 0 em 2022). Existem outros processos administrativos e judiciais avaliados pelos assessores jurídicos da Companhia como sendo de probabilidade de perda possível no montante aproximado de R\$ 19.226 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 12.200 em 31 de dezembro de 2022), para os quais nenhuma provisão foi constituída. Ação Civil Pública nº 0068003-4720178.13.0301. Em 2017, o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) ingressou com Ação Civil Pública (ACP) em face das empresas MMX Sudeste Mineração e Mineração Morro do Ipê com objetivo de obrigar as rés a realizar ações preventivas de estabilização das barragens do complexo minerário operado pela Companhia. O valor atribuído a ação é de R\$1.000, e as chances de perda foram classificadas inicialmente pelos assessores legais como possível. Entretanto, em 2018, após a Companhia comprovar através da apresentação de relatórios técnicos que as barragens têm grau de estabilidade atestado por consultoria externa, foi celebrado acordo judicial com o Ministério Público (MP) para que a Companhia cumprisse ações já previstas em legislação, especificamente, a elaboração do Plano de Ação de Emergência de Barragens (PAEBM). O acordo foi homologado em juízo, e se encontra em pleno efeito sem multa indenizatória ou compensatória. O processo havia sido arquivado e as ações estabelecidas vinham sendo cumpridas tempestivamente. No entanto, em decorrência do acidente na data de 25 de janeiro de 2019 na barragem da Mina Córrego do Feijão, da mineradora Vale. Em 8 de

continuação

MINERAÇÃO MORRO DO IPÊ S.A.

CNPJ 22.902.554/0001-17

fevereiro de 2019, o MP ingressou pedido com tutela de urgência nos autos da ação Civil Pública objetivando a paralisação de quaisquer atividades relacionadas às barragens de rejeito da Companhia. Tal pedido foi acatado pelo juiz, sendo determinado que a Companhia realizasse nova auditoria em suas barragens, além da antecipação de todas as ações previstas no Termo de Ajustamento de Conduta. Não obstante, a Companhia requereu a reconsideração do juiz, apresentando laudos que comprovam a estabilidade de quaisquer instabilidades das estruturas que justificassem a paralisação da Companhia. Dessa forma, a juíza da ação, em consonância com o MP, aceitou os documentos apresentados, bem como autorizou a retomada das atividades da Companhia unicamente em relação a barragem B1 Auxiliar (a qual foi paralisada novamente após decisão do órgão ambiental que revogou o Termo de Ajustamento de Conduta que permitia a operação da estrutura). Foi acordado entre as partes, que a Companhia providenciaria um novo relatório de auditoria por empresa terceira diferente daquela que até então havia prestado informações no processo judicial, bem como antecipação das ações do TAC firmado com o Ministério Público. A Companhia vem cumprindo tempestivamente os novos prazos estabelecidos em juízo. Em 2020, foram concluídas todas as etapas necessárias para a apresentação dos novos relatórios de estabilidade das barragens sendo todos documentos apresentados em juízo, bem como, fornecidos os devidos esclarecimentos solicitados pelo MP. Em 2021, o MP apresentou parecer sobre o cumprimento do TAC e solicitou alguns esclarecimentos. Reiterou, também, pedidos liminares. Após manifestação da empresa em 24 de janeiro de 2022, o MP informou que os documentos apresentados seriam analisados e, caso necessário, seriam tomadas as providências cabíveis pelas vias próprias. Em 1º de fevereiro de 2022, foi determinado o arquivamento dos autos, no qual foi definitivamente arquivado em 5 de abril de 2022. As questões tratadas na ACP referentes ao PAEBM continuam em análise pelo MP fora dos autos da ação, o que não descarta a possibilidade de o MP questionar tal cumprimento, posteriormente, por meio de instrumento processual próprio. Em 11 de julho de 2022, foi ajuizado ação de cumprimento de sentença pelo MP, o qual, após as devidas providências pela Companhia, inclusive a celebração do TAC em 10 de agosto de 2022, foi definitivamente encerrado em 30 de novembro de 2022, mediante homologação judicial do acordo celebrado entre as partes. 18. Provisão para descomissionamento de ativos. A Companhia está sujeita às regulamentações, que prevêm a obrigação de descomissionar os ativos em que opera ao término de sua vida útil. Essas obrigações são regulamentadas pela ANM no âmbito federal e por órgãos ambientais nos âmbitos estaduais. Dentre os requerimentos, os planos de descomissionamento devem considerar a estabilidade física, química e biológica das áreas e ações de pós fechamento pelo período necessário para verificar a eficácia das medidas adotadas de descomissionamento. Essas obrigações estão provisionadas e estão sujeitas a estimativas e premissas críticas aplicadas na mensuração dos custos pela Companhia. Adicionalmente, a implementação de ações de uso futuro, após o término do descomissionamento, não está prevista em lei. Contudo, a Companhia está estudando uma governança que avalie possibilidades de uso futuro, tendo em vista as aptidões, a intenção de uso pós-operacional, desenvolvimento socioeconômico da comunidade e as características dos meios físico e biótico de cada localidade onde a Companhia opera. Eventuais compromissos futuros, se assumidos pela Companhia, poderão resultar em impacto material no valor da provisão. É necessário julgamento para determinar as principais premissas utilizadas na mensuração das obrigações para desmobilização de ativos, tais como, taxa de juros, custo de fechamento, vida útil do ativo considerando o estágio atual de exaustão e as datas projetadas de cada mina. Qualquer alteração nessas premissas pode afetar significativamente o valor provisionado. Então, a Companhia considera as estimativas contábeis relacionadas aos custos de encerramento da mina como uma estimativa contábil crítica e as revisa anualmente. No reconhecimento da provisão de desmobilização de ativos e passivos ambientais, o custo correspondente é capitalizado como parte do ativo imobilizado e depreciado pela vida útil dos ativos minerais correspondentes. O passivo de longo prazo é descontado ao valor presente utilizando uma taxa antes dos impostos que reflete a avaliação atual do mercado para o valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos do passivo e registrado contra o resultado do exercício e é liquidado pelo desembolso de caixa referente ao fechamento da mina ou desativação dos ativos minerais. Os custos potenciais cobertos por seguros ou indenizações não são abatidos do montante provisionado. A provisão para descomissionamento de ativos se refere a gastos com desmobilização e reestruturação das atividades e reabilitação das áreas pesquisadas, minerais e degradadas durante o período de extração e exploração que serão incorridos durante e depois do encerramento das atividades da Companhia. Estas provisões foram constituídas com base nas estimativas dos fluxos de desembolsos da Companhia levando em consideração a vida útil da Mina. A taxa de desconto utilizada foi de 7,02% a.a. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia provisionou R\$31.408, e após reavaliação de premissas em 2023, tais como a revisão e atualização das mudanças que ocorrerem nas áreas, ações de mitigação de impactos e dos programas de monitoramento, mudanças ocorridas no domínio de influência do projeto e atualização da taxa de desconto resultou em 31 de dezembro de 2023 no complemento da provisão de R\$97.625 com montante total de R\$129.033. 19. Patrimônio líquido. Capital social. O Capital Social abrange não só as parcelas entregues pelos acionistas como também os valores obtidos pela sociedade e que, por decisões dos proprietários, se incorporam ao Capital Social, representando uma espécie de renúncia a sua distribuição na forma de dinheiro ou de outros bens. Em 30 de março de 2022 e 27 de maio de 2022, a Companhia realizou aumentos de capital social totalizando R\$51.635 divididos em 47.027.935 ações ordinárias nominativas, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária. As ações ordinárias emitidas são de propriedade do Fundo de Investimentos Participações Ipê Mineração. Em 1º de julho de 2022 a Companhia por meio de Assembleia Geral Extraordinária decidiu destinar para novo aumento de capital social o lucro líquido apurado em 31 de dezembro de 2021, após constituição de reserva legal, para R\$88.706 perfazendo um capital social total de R\$490.732, dividido em 435.488.416 ações ordinárias nominativas. Em 17 de maio de 2023 a Companhia por meio de Assembleia Geral Extraordinária decidiu realizar novo aumento de capital social destinando o saldo de lucro líquido apurado em 31 de dezembro de 2022, após a constituição da reserva legal, para R\$172.705, totalizando um capital social de R\$663.437, dividido em 435.488.416 ações ordinárias nominativas. Reserva legal. As reservas de capital representam acréscimos efetivos aos ativos da companhia que não foram originados dos lucros auferidos em suas operações, por não representarem efeitos de seus próprios esforços, mas assim de contribuições de acionistas ou de terceiros para o patrimônio líquido da companhia com o fim de propiciar recursos para o capital. Reserva Legal - tem por objetivo assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital. A companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182, exceder de 30% (trinta

por cento) do capital social. Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia constituiu nova reserva legal conforme determinação da Lei nº 6.404/76, aumentando-a em R\$9.090 perfazendo um total de reserva legal para R\$13.759. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia seguindo a Lei nº 6.404/76, parágrafo único do art.189, utilizou a reserva legal de R\$13.759 para compensar o prejuízo acumulado no exercício de 2023. Swap Perda/Ganho (Hedge de fluxo de caixa). A Companhia contratou operações de hedge para proteger seu fluxo de caixa contra o risco de mercado relacionado à sua dívida atribuída ao investimento em sua nova planta operacional, principalmente o risco cambial. A operação de hedge cobre grande parte da dívida em reais, e são utilizadas operações de swap e a termo para converter a dívida financeira em reais para dólares americanos, buscando fluxos semelhantes ao da dívida financeira de acordo com as condições de liquidez de mercado. Alinhado à gestão de riscos da MMI e sua moeda funcional, por interesse da MMI e do Bradesco BBI, em agosto de 2022 quando assinaram o documento de termos e condições gerais da emissão das debêntures, acordaram que a integralidade do valor de emissão, bem como todo fluxo de caixa do serviço da dívida (pagamentos de amortizações e juros) seriam convertidos para dólares-americanos a uma taxa fixa por meio da contratação de um instrumento financeiro derivativo, o swap cambial e de fluxo de caixa. As Notas de Negociação de Operação de Swap possuem início de vigência pari passu com a integralização da 2ª e 3ª Emissão de Debêntures, a fim de assegurar o cumprimento das obrigações previstas em contrato, ou seja, tendo início em 15 de agosto de 2022 e 01 de setembro de 2023, respectivamente. Ajustes acumulados de conversão. Seguindo os fatores de determinação explícitos no CPC 02 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão das demonstrações financeiras a Administração definiu como moeda funcional da Companhia o Dólar norte americano, que melhor reflete o ambiente econômico no qual está inserida e funciona como é, de fato, administrada. As variações cambiais resultantes da conversão de ativos, passivos e resultado da moeda funcional para a moeda de apresentação estão registradas nessa conta. Reserva de Lucros. São reservas constituídas a partir das destinações do lucro líquido do exercício, por proposta dos órgãos da administração à assembleia de acionistas. O saldo das reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Atingido esse limite, a assembleia deliberará sobre aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos. A Companhia apurou em 31 de dezembro de 2022 R\$181.795, de lucro líquido no exercício, dos quais R\$9.900 foram transferidos para reserva legal, R\$43.176 foi destinado a dividendos mínimos obrigatórios e R\$129.529 serão distribuídos após Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada no exercício de 2023, para aumento do capital social, sem a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios. Em 17 de maio de 2023 a Companhia por meio da Assembleia Geral Extraordinária destinou o lucro líquido do exercício de 2022, após constituição da reserva legal, no montante de R\$172.705 para aumento de capital social. 20. Receita líquida

Table with 3 columns: 2023, 2022, and description of revenue items like Receita bruta, Deduções da receita, Receita líquida, Custos dos produtos e serviços, etc.

(a) Em 2023, a Companhia efetuou vendas de minério de ferro superior a 20% se comparado ao ano anterior, então, os seus custos com frete marítimo, ferroviário e rodoviário consequentemente aumentaram. (b) Em 2023, a Companhia produziu 26% a mais de minério de ferro em relação ao ano de 2022, então, consequentemente seus custos sofreram aumentos, principalmente, na prestação de serviços de movimentação interna de minérios e transporte rodoviário para o terminal ferroviário, além do combustível e manutenções. 22. Despesas gerais e administrativas

Table with 3 columns: 2023, 2022, and description of general and administrative expenses like Pessoal, Despesas de terceiros, Aluguéis, etc.

(a) Refere-se ao Termo de Compromisso mencionado na Nota 15 (d). (b) Refere-se ao Termo de Ajustamento de Conduta descrito na Nota 15 (c). (c) Refere-se ao termo de cooperação administrativa firmado entre a MMI e Prefeitura de Brumadinho para a pavimentação de 7,2km da estrada municipal denominada "Conquistinha" no trecho entre a BR 381 e a bifurcação com a estrada da "Farofa". 24. Resultado financeiro

Table with 3 columns: 2023, 2022, and description of financial results like Receitas Financeiras, Despesas financeiras, Resultado financeiro, etc.

(a) Considerando o fato da Companhia ter alterado sua moeda funcional para o dólar norte-americano em 2022 a desvalorização do dólar norte-americano frente ao real em 2023, a base tributária do imobilizado e do intangível foi significativamente superior à respectiva base contábil, gerando assim um imposto diferido ativo. Visto que se trata de um imposto diferido contábil, a Companhia optou por não reconhecer o ativo fiscal diferido pois não espera que seja realizado no médio prazo. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos fiscais possam ser compensados. A estimativa da Companhia é de realizar o saldo de diferido ativo no período de até 5 anos. Conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas nominais versus a despesa registrada no exercício

Table with 3 columns: 2023, 2022, and description of tax reconciliation items like Imposto de renda e contribuição social correntes, Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social, etc.

26. Instrumentos financeiros e gestão de risco: A Administração dos instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia não efetua operações de caráter especulativo com instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, sendo essa determinação prevista na política de gerenciamento de risco aprovada pelo Conselho de Administração. A Companhia está exposta a uma variedade de riscos e incertezas que podem ter um impacto financeiro. Dentre eles, os principais são o risco de crédito, risco de liquidez, risco de taxa de juros e o risco de moeda estrangeira e risco de mercado. Esses riscos decorrem das exposições ocorridas no curso normal dos negócios e são monitorados pela Administração com o objetivo geral de minimizar os efeitos adversos do desempenho financeiro da Companhia. Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. O conceito do "valor justo" prevê a avaliação de ativos e passivos com base nos preços de mercado, quando se tratar de ativos com liquidez, ou em metodologias matemáticas de precificação, caso contrário. O nível de hierarquia do valor justo fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo. Uma parte dos ativos e passivos financeiros da Companhia e subsidiárias tem seu valor justo similar ao valor contábil, tais como caixa e equivalentes de caixa, contas a pagar e a receber. (a) Risco de mercado: Risco de variação nos preços de mercados (commodities), taxas de câmbio e de juros. (i) Risco de preço: Para as vendas realizadas com base no preço da commodity a Companhia recebe,

no momento do embarque, 75% do valor referente à venda considerando o preço da commodity na data da venda. Adicionalmente, o valor remanescente é corrigido pelas flutuações do preço da commodity considerando um prazo de 60 dias da data do embarque. Nesse sentido, os montantes a receber pela Companhia consideram uma expectativa de variação do preço até a data de vencimento das faturas. Dessa forma, a Administração entende que possíveis variações de preço já estão refletidas nos saldos registrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022. (ii) Risco cambial: O principal objetivo da Companhia é o de produzir minério de ferro, que é geralmente cotado em Dólares norte-americanos. A maior parte de seus saldos de captação de recursos e caixa também é denominada em Dólar norte-americano. Uma parte dos custos da Companhia é incorrida em Reais. Consequentemente, os resultados financeiros da Companhia podem ser afetados pelas variações na taxa de câmbio entre o Dólar norte-americano e o Real. Em 2023, a exposição cambial está atrelada aos saldos de contas a receber em dólar americano (USD) no montante de R\$127.018 (R\$235.534 em 2022) decorrente das exportações. Uma queda de 25% e 50% na taxa de câmbio resultaria em perdas cambiais em 2023 de R\$ 31.755 (R\$58.884 em 2022) e R\$ 63.509 (R\$117.767 em 2022), respectivamente. b) Risco de liquidez: A Companhia monitora seu nível de liquidez considerando os fluxos de caixa esperados em contrapartida ao montante disponível de caixa e equivalentes de caixa. A gestão do risco de liquidez implica em manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes e capacidade de liquidar posições de mercado nos respectivos vencimentos. As disponibilidades são suficientes para honrar as despesas operacionais ao longo dos próximos 90 dias. Além disso, há que se considerar a geração de caixa oriunda das operações de venda de minério de ferro. c) Risco de crédito: O risco de crédito decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas em função da inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Esse fator de risco pode ser oriundo de operações comerciais e da gestão de caixa. Para mitigar os riscos, a Mineração Morro do Ipê adota como prática a análise da situação financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como o acompanhamento permanente das posições em aberto. A Companhia possui uma política de aplicações financeiras, na qual estabelece limites de aplicação por instituição e considera a avaliação de rating como referencial para limitar o montante aplicado. d) Valor justo dos instrumentos financeiros: A Companhia estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pela Companhia, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não observáveis. A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação: Nível 1: preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente. Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado. A Sociedade não possui instrumentos financeiros classificados em nível 1 e 3 em dezembro de 2023 e 2022. Entretanto, possui instrumento mensurável ao valor justo no Demonstrativo de Resultado Abrangente classificado como Nível 2.

Table with 3 columns: 2023, 2022, and description of financial assets like Ativos financeiros, Valor justo por meio do resultado, etc.

No quadro abaixo pode ser verificado a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros e a simulação na curva de DI, foram consideradas alterações a partir de 2026, considerando que movimento paralelos na curva tem efeito zero. Para a simulação no Dólar futuro, a oscilação incidiu sobre toda a curva.

Table showing sensitivity analysis for Dólar Futuro with columns for DI Futuro, -10%, A Mercado, and +10%.

27. Cobertura de seguros: Em 31 de dezembro de 2023, o total da cobertura de seguros da Companhia contra riscos operacionais é de R\$70.000 para a planta Ipê e R\$265.000 para a planta Tico-Tico (sendo, R\$50.000 para danos materiais e R\$215.000 custo fixo e serviço da dívida), cobertura de responsabilidade civil geral de R\$50.000 e D&O no valor de R\$100.000. 28. Eventos subsequentes: Em 30 de setembro de 2023, a Companhia recebeu a licença operacional (LO) da Mina de Tico-Tico, emitida pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais. Entretanto, no início do "ramp-up" da nova planta de beneficiamento (Tico-Tico), ocorreram problemas que necessitaram de ajustes postergando o início de operação da planta para janeiro de 2024, e irá ocorrer o processo de conclusão do ramp-up até abril de 2024. Esta nova operação permitirá a Companhia produzir até 6,0 Mtpa de "pellet feed", produto este com alto teor de ferro, e capturar melhores preços no mercado internacional de minério de ferro além do aumento da margem operacional da Companhia.

Table with 3 columns: 2023, 2022, and description of directors like Diretoria, Jayme Nicolato - Diretor-Presidente, etc.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras. Aos Diretores e aos Acionistas da Mineração Morro do Ipê S.A. Brumadinho, MG. Opinião. Examinamos as demonstrações financeiras da Mineração Morro do Ipê S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mudanças do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Base para opinião. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Principais assuntos de auditoria. Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Provisão para descomissionamento de ativos. Conforme divulgado na nota explicativa 18, como parte de suas operações, a Companhia incorre em obrigações para restaurar e reabilitar o meio ambiente quando do abandono de áreas. A reabilitação de áreas e do meio ambiente é requerida tanto pela legislação em vigor quanto pelas políticas da Companhia. Estimar os custos associados a estas atividades futuras exige considerável julgamento em relação a fatores como o período de utilização de determinada área, o tempo necessário para reabilitação e determinadas premissas econômicas como taxa de desconto e taxas de moeda estrangeira. Devido à relevância da provisão para descomissionamento de ativos e o nível de incerteza para a determinação da sua estimativa que pode impactar o valor dessa provisão nas demonstrações financeiras, consideramos este um assunto significativo para a auditoria. A provisão para descomissionamento de ativos corresponde a R\$129.033 mil em 31 de dezembro de 2023. Como a auditoria endossou esse assunto: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) a obtenção de entendimento do processo e premissas utilizadas pela Companhia para mensuração da provisão para descomissionamento de ativos, incluindo o custo base das áreas a serem abandonadas, premissas macroeconômicas que foram consideradas no modelo de fluxo de caixa projetado relacionadas a taxas de inflação, para mensuração da taxa de desconto e a vida útil da mina, além da revisão da movimentação da provisão no exercício relativa às áreas a serem abandonadas, restauradas/reabilitadas e a obrigação ambiental pertinente, visando verificar os custos previstos no plano de abandono aprovado; (ii) utilização de especialistas ambientais e de sustentabilidade para avaliar a razoabilidade e consistência das premissas utilizadas na preparação das estimativas; e (iii) efetuamos a avaliação da adequação da divulgação nas demonstrações financeiras com relação à provisão das obrigações para restaurar e reabilitar o meio ambiente quando do abandono de áreas. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da administração, consideramos aceitáveis as estimativas preparadas pela administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 18, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Instrumentos financeiros de proteção cambial - hedge accounting. Conforme divulgado na nota explicativa 12, a Companhia contratou um instrumento financeiro derivativo para mitigar a sua exposição a sua exposição ao risco cambial, que está relacionada à emissão de debêntures com a finalidade de investir em sua nova planta operacional. A contratação de instrumentos financeiros derivativos de taxa de juros (swaps) é designada para a contabilidade de proteção (hedge de fluxo de caixa) com o objetivo de contrapor a exposição da Companhia ao risco cambial. A Companhia registrou um impacto de R\$ 48.253 mil referente à marcação a mercado do swap registrado em 31 de dezembro de 2023. Devido à relevância do instrumento financeiro protegido e os possíveis impactos sobre as demonstrações financeiras, esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria. Como a auditoria endossou esse assunto: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento do desenho dos controles para identificação, mensuração, registro e divulgação de instrumentos financeiros de proteção cambial; (ii) inspeção dos principais documentos da adminis-

## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/F11F-5837-95A0-1E68> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: F11F-5837-95A0-1E68



### Hash do Documento

XrHJDOclEjtvQzFFgMmsuu/lclthnr3V2C9pOIOe3as=

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 25/03/2024 é(são) :

Ruy Adriano Borges Muniz (ADMINISTRADOR) - 464.189.546-53

em 25/03/2024 21:58 UTC-03:00

**Tipo:** Certificado Digital - EDIMINAS S A EDITORA GRAFICA

INDUSTRIAL DE MINAS - 19.207.588/0001-87

